



Processo nº: 22.102/2013

Jurisditionada: Administração Regional de Taguatinga – RA III

Assunto: Análise de Contrato

Ementa: Análise de Contrato. Ata de Registro de Preços. Adesão de ata oriunda do Estado do Rio Grande do Sul. Unidade Técnica pela rejeição das razões de justificativas e aplicação de multa. Parecer do Ministério Público parcialmente convergente: procedência parcial da defesa de um dos responsáveis. Voto parcialmente convergente com o Corpo Técnico e com o Ministério Público para julgar procedente as razões de justificativas de um responsável e improcedente as do outro. Aplicação de multa. Acórdão.

RELATÓRIO

Tratam os autos de exame do Contrato nº 13/2013 (fl. 1 e fls. 476/478-Anexo II), celebrado entre o Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga, e a empresa Impacto Organização de Eventos Ltda., cuja contratação ocorreu nos autos do processo administrativo nº 132.000.827/2013, objetivando a “Contratação de serviços de planejamento, gerenciamento, organização, promoção, coordenação, recepção, operacionalização, produção e assessoria de eventos com fornecimento de produtos para a realização de eventos comemorativos, culturais e desportivos na cidade de Taguatinga”.

O Contrato em tela originou-se da adesão à Ata de Registro de Preços nº 757/2012, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 505/CELIC/2012, do Estado do Rio Grande do Sul, com o valor total de R\$ 3.891.160,00.



Na última assentada, o Tribunal, mediante a Decisão nº 437/2014 (fl. 29), assim deliberou:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 1746/2013-GAB/RA-III (fls. 34/35); b) do Ofício nº 047/GAB/SEPLAN (fls. 42/48); II – quanto à Decisão nº 5.394/2013, considerar atendido o item II e improcedentes os esclarecimentos prestados pela Administração Regional de Taguatinga – RA III e pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal; III – determinar a audiência dos senhores abaixo indicados: a) Carlos Alberto Jales, ex-Administrador Regional de Taguatinga, para apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, das razões de justificativa pela autorização de despesa com o objetivo de contratação de serviços para realização dos eventos culturais e esportivos na Cidade de Taguatinga (norma violada: parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 33.662/2012 e o inciso II do art. 57 da Lei de Licitações e Contratos), devido à possibilidade de aplicação da penalidade prevista nos artigos 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94; b) Luiz Paulo Teles de Ferreira Barreto, ex-Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, para apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, das razões de justificativa por autorizar a Administração Regional de Taguatinga a aderir a Ata de Registro de Preços formulada pelo Governo do Rio Grande do Sul (norma violada: parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 33.662/2012), devido à possibilidade de aplicação da penalidade prevista nos artigos 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.” (sic).

O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 219/2014-3ª Diacom (fls. 110/116), procedeu à análise das razões de justificativa, nos termos a seguir parcialmente transcritos:

“...

I - Razões do Sr. Luiz Paulo Teles Barreto

6. Em suas razões, o Sr. Luiz Paulo Teles Barreto, Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento à época do contrato, alega, inicialmente, que a edição do Decreto nº 33.662/2012 decorreu de sugestão sua ao Sr. Governador, visando a



evitar a repetição de abusos na prática de adesão a atas de registro de preço, mencionando inclusive a Operação Caixa de Pandora. Agrega que o Decreto foi publicado poucos dias após a sua posse.

7. Prosseguindo, menciona o permissivo constante do art. 12 do referido Decreto, que remete a resolução de casos omissos e situações especiais ao Secretário de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, cargo ocupado pelo Sr. Barreto.

8. Em seguida, traça o histórico da aprovação do pleito da Administração Regional de Taguatinga de aderir a ata de registro de preços do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo alega, a adesão foi solicitada pelo Administrador Regional em 16/05/2013, tendo por justificativa a proximidade das comemorações do aniversário daquela cidade, conforme consta do documento de fl. 85, subscrito pelo Sr. Jales. Neste é justificada a contratação da seguinte forma: “O presente processo tem por objeto a contratação de serviços com fornecimento de produtos destinados a realização de **eventos culturais e desportivos na cidade de Taguatinga, inclusive os relativos às comemorações do aniversário de Taguatinga** em junho, com sua programação a partir do dia 02.06.2013” (grifou-se).

9. Assevera que “o pedido de autorização dirigido pela Administração Regional à SEPLAN falava apenas do aniversário da cidade, em data iminente e sob alegação de que se tratava de um grande evento regional constante do calendário oficial da cidade. (...) Em nenhum momento foi autorizada a utilização do contrato a que se buscava aderir por meio da ata para outros fins”.

10. Prosseguindo em suas razões, afirma que o fato de inexistir empresa de eventos licitada no âmbito do GDF e a proximidade do evento configurariam situação especial, a permitir o uso de poder discricionário, se enquadrando, portanto, no permissivo constante do art. 3º do Decreto nº 33.662/2012. Agrega que o ato administrativo não gerou prejuízo ao erário, uma vez que decorreu de contrato licitado em outra unidade da federação, no qual houve a comparação com os preços ofertados pelas outras empresas interessadas. Por fim, afirma que a adesão a ata de registro de preços se mostraria mais vantajosa à Administração do que a contratação emergencial, em virtude da concorrência entre os participantes.

11. Pede, ao final, o arquivamento do processo em relação a si.



12. De fato, a autorização de adesão a ata de outro ente federado por parte do Secretário de Planejamento se enquadra perfeitamente no art. 3º do Decreto nº 33.662/2012. Contudo, para se verificar a correição do referido ato administrativo, deve-se perquirir se as razões que o motivaram são relevantes e se a solução encontrada é adequada.

13. No caso em exame, o ato encontrou motivação na realização de evento de comemoração do aniversário da cidade de Taguatinga e no pouco tempo para realizar eventual licitação.

14. Contudo, é evidente que, ainda que aceitáveis os fundamentos declarados, houve a extensão inadequada do objeto da contratação, isto é, houve a contratação de eventos outros, além daquele que explicitamente mencionado (e cuja realização se daria em pouco tempo), conforme se verifica facilmente da análise das cópias dos autos da origem.

15. Embora o ex-Secretário deixe registrado que o pedido oriundo da RA III fazia menção somente ao evento de aniversário da cidade, o documento trazido à fl. 85 faz menção a “eventos”, no plural, bem como coloca “inclusive os relativos às comemorações do aniversário de Taguatinga”, o que indica, ao contrário do alegado, que não seria somente o evento de aniversário, mas também outros.

16. Ademais, a análise do processo da jurisdicionada deixa claro que já havia a intenção de realização de mais eventos, conforme, por exemplo, o projeto básico constante das fls. 89/135 dos autos de origem, constantes do Anexo I. Ou seja, ainda que se aceite que o pedido de autorização de adesão a ata tenha mencionado explicitamente apenas o aniversário de Taguatinga, os demais documentos faziam clara alusão a outros eventos, os quais poderiam ter sido licitados. Registre-se que o referido projeto básico, o pedido de autorização e a anuência do ex-Secretário fazem parte dos mesmos autos, não podendo ser alegado desconhecimento das demais peças que o compunham.

17. Dessa forma, o ato do então Secretário encontra-se inquinado de vício de origem, por motivação deficiente. Nesse ponto, cabe referência aos parágrafos 17 a 20 da Informação nº 95/2014, fl. 50/57, dos presentes autos:

‘17. Ressalta-se que as justificativas ofertadas pelas Jurisdicionadas têm como tema central a situação especial do Aniversário de Taguatinga. De



acordo com os argumentos ofertados o que configuraria a “situação especial” era a proximidade do aniversário da cidade de Taguatinga e a inexistência de ata para aderir no Distrito Federal. Os retromencionados entendimentos não merecem prosperar pelos seguintes motivos, vejamos.

18. O primeiro argumento seria válido se o contrato decorrente da adesão fosse apenas para atender aos eventos relacionados ao aniversário. Mas não é o caso. Conforme consta do Projeto Básico, o objetivo geral da contratação é promover a realização dos eventos comemorativos, culturais e desportivos na cidade de Taguatinga (fl. 90 do Anexo I).

19. Ademais, a adesão, a um custo total de R\$ 3.891.160,00, visou a atender aos seguintes eventos (fls. 90/91 do Anexo I): Festagua 2013; Corte do Bolo; Show Michel Teló; Feira de Artesanato; Sessão Solene da CLDF; Show Gospel; Desfile Cívico; Exposição de Carros Antigos; Festival de Teatro Infantil; Feira do Livro; Arena da Copa das Confederações (transmissão do jogo Brasil x Japão); Arena da Copa das Confederações (transmissão do jogo Brasil x Itália); Ações Sociais, Culturais e Desportivas, a serem realizadas durante 10 dias de cada mês.

20. Logo, a referida adesão contemplou uma ampla gama de eventos, uns sequer especificados – como o atendimento a “Ações Sociais, Culturais e Esportivas”, materializadas em “10 DIAS DE EVENTO EM CADA MÊS (JUNHO A DEZEMBRO/ 2013)”, no valor de R\$ 3.229.094,00 (cerca de 83% do valor do contrato – fls. 127/134 do Anexo I).

21. O raciocínio de que a inexistência de ata para aderir no Distrito Federal configuraria a situação especial descrita no art. 12 do Decreto nº 33.662/2012 também não é válido. No nosso sentir, esse argumento esvazia a vedação do art. 3º do decreto, já que a adesão a Ata de outro estado seria sempre possível, desde que não houvesse Ata local.

22. No que tange à vigência do Contrato, apontamos que o seu objeto não contempla serviços imprescindíveis para a Administração Regional



de Taguatinga, pelo que não podem ser enquadrados na categoria de serviços continuados, tal como prescrito no inciso II do art. 57 da Lei de Licitações e Contratos.’

18. Tendo em conta o acima transcrito, bem como o constante dos autos, parece claro que a motivação do ato administrativo exarado pelo então Secretário de Planejamento está em desacordo com o efetivamente realizado. Isto é, motivou-se a adesão com base na proximidade da realização de um evento, aderiu-se à ata, e foram realizados outros eventos além dos que constam do documento de adesão. Contudo, desde o início, repise-se, era a intenção dos gestores a realização de mais de um evento, não somente o relativo ao aniversário da cidade de Taguatinga, conforme demonstrado pelo projeto básico mencionado no parágrafo 15 e pelo teor do documento de fl. 85.

19. Conforme ensina a doutrina, “quando, porém, o motivo não for exigido para a perfeição do ato, fica o agente com a faculdade discricionária de praticá-lo sem motivação, mas, **se o fizer, vincula-se aos motivos aduzidos, sujeitando-se à obrigação de demonstrar sua efetiva cia.**(grifou-se)”

20. No presente caso, o ato de adesão à ata de registro de preços do Estado do Rio Grande do Sul foi motivado alegando-se a exiguidade de tempo para a realização do evento de aniversário de Taguatinga, razão pela qual só é válida em relação a este evento específico. No que se refere aos demais eventos, o ato é eivado de vício e viola o previsto no parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 33.662/2012, bem como o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Portanto, improcedentes as razões de justificativa apresentadas.”

“...

II - Razões do Sr. Carlos Alberto Jales

21. Inicialmente, discorre extensamente acerca do instituto do registro de preços e suas características, mencionando também a Decisão TCDF nº 1806/2006, a qual considerou possível a adesão a ata de registro de preço de outro ente federativo, desde que realizada pesquisa de preços no mercado local de modo a demonstrar-se



a economicidade da aquisição. Transcreve o Parecer nº 1247/2009 – PROCAD/PGDF acerca da possibilidade de adesão a atas de outro ente.

22. Prosseguindo, alega que houve por parte do Sr. Jales o cumprimento das formalidades previstas no Decreto nº 33.662/2012, afirmando que “não foi sem razão que o ilustrado Secretário de Planejamento ao emitir a autorização de adesão à Ata de Registro de Preços bem compreendeu e assim procedeu porquanto diante da primazia da realidade e em face do cumprimento das formalidades intrínsecas e extrínsecas, nada havia a reparar.” Ao final da peça, pede que seja reconhecida a boa-fé do ex-Administrador Regional.

23. Cabe ressaltar que a peça em nenhum momento traz novos elementos à análise dos presentes autos, cingindo-se a defender a possibilidade de adesão a atas de outros entes federados e a lembrar que a adesão objeto dos autos foi autorizada pelo então Secretário de Planejamento e Orçamento, não adentrando no mérito do referido ato de adesão. Ressalte-se que a referida Decisão TCDF nº 1806/2006 foi exarada anteriormente à expedição do Decreto nº 33.662/2012, o qual trazia a exigência de que adesões a atas de registro de preço oriundas de outro ente federativo deveriam ser autorizadas pelo Secretário de Estado, o que deve ser levado em consideração no presente momento.

24. Assim, valem aqui quase a totalidade dos argumentos elencados quando da análise das razões de justificativa do Sr. Luiz Paulo Teles Barreto. A adesão foi fundamentada na exiguidade de tempo para licitar evento de comemoração do aniversário de Taguatinga, mas houve a contratação de outros eventos realizados em período posterior. Como já se analisou nos parágrafos 16 a 18, a motivação do ato que autorizou a adesão à ata de registro de preços de outra unidade da federação estava vinculada ao evento de aniversário da cidade, razão pela qual os demais eventos não poderiam ter sido realizados mediante a mesma contratação.

25. Tendo em conta o acima exposto, consideram-se improcedentes as razões de justificativa apresentadas.

III - Conclusões e sugestões

26. Tendo em conta o teor da presente instrução, tem-se o seguinte quadro de responsáveis, aos quais se sugere aplicação da multa:

(...)”.



Por fim, o Corpo Técnico considerou improcedentes as razões de justificativas apresentadas e sugeriu ao egrégio Tribunal:

- “I - tomar conhecimento das razões de justificativa trazidas às fls. 78/82 e às fls. 100/108, apresentadas em função do item III, “a” e “b”, da Decisão nº 2921/2014;
- II - considerar improcedentes as razões de justificativa acima referidas;
- III - aplicar a multa prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/1994, aos responsáveis indicados no parágrafo 26, lavrando-se o competente acórdão;
- IV - autorizar o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.”.

O Ministério Público divergiu parcialmente com o Corpo Técnico, conforme consta do Parecer nº 118/2015-DA (fls. 120/125), nos termos seguintes:

“...

26. Dessa forma, pelo fato de o justificante ter autorizado a adesão de ARP oriunda do estado do Rio Grande do Sul (conforme fl. 450 do Anexo II) em descompasso com o art. 3º do Decreto nº 33.662/2012, deve ter suas razões de justificativas julgadas improcedentes, devendo ser sancionado com a penalidade prevista nos artigos 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94.

27. No entanto, ao adverso da Instrução, entendo que o justificante não pode ser responsabilizado pela assinatura do ajuste com prazo de vigência continuado. Além de não se situar em sua esfera de competência, vez que tal ato competia ao Administrador da RA III, não restam indícios de que tenha influenciado ou efetuado determinação nesse sentido.

28. Assim, suas razões devem ser consideradas parcialmente procedentes, devendo o Plenário aplicar-lhe a multa prevista no art. 57, II, da LC nº 01/94, em razão de descumprimento ao que prescreve o artigo 3º do Decreto nº 33662/2012.

(...)

43. Assim, por todo o exposto, concorda o Ministério Público com as propostas sugeridas pela Unidade Técnica à fls. 116, com exceção do julgamento do mérito das razões de justificativas de Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, que devem ser julgadas parcialmente procedentes.”.



É o relatório.

VOTO

Tratam os autos de exame do Contrato nº 12/2014 (fl. 1 e fls. 476/478-Anexo II), celebrado entre o Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga, e a empresa Impacto Organização de Eventos Ltda., cuja contratação ocorreu nos autos do processo administrativo nº 132.000.827/2013 objetivando a “Contratação de serviços de planejamento, gerenciamento, organização, promoção, coordenação, recepção, operacionalização, produção e assessoria de eventos com fornecimento de produtos para a realização de eventos comemorativos, culturais e desportivos na cidade de Taguatinga”.

O Contrato em tela originou-se da adesão à Ata de Registro de Preços nº 757/2012, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 505/CELIC/2012, do Estado do Rio Grande do Sul, com o valor total de R\$ 3.891.160,00.

Este egrégio Tribunal tinha o entendimento de que seria possível a adesão a ata de registro de preço de outro ente federativo, desde que realizada pesquisa de preços no mercado local, de modo a demonstrar-se a economicidade da aquisição (decisão nº 1806/2006).

Porém, com o advento do Decreto nº 33.662/2012, limitou-se a adesão, por parte da Administração Pública distrital, às atas da Administração Pública Federal e do Distrito Federal (*caput* art. 3º) e, no caso dos Administradores Regionais, somente admitiu adesões a atas da Administração Pública do Distrito Federal (parágrafo único). A controvérsia dos autos, portanto, reside na proibição de adesão à ata de registro de preços de outra unidade da Federação, a teor do disposto no art. 3º do Decreto nº 33.662/2012¹, em vigor na data dos fatos, salvo mediante autorização do Secretário de Estado de Planejamento (art. 12 do mesmo Decreto).

¹ Revogado pelo Decreto nº 34.509, de 10 de julho de 2013.



Passo ao exame das razões de justificativas.

I – Luiz Paulo Teles Barreto:

Às vésperas da realização da festa do Aniversário de Taguatinga – em 27.5.2013, o então Administrador Regional, por meio do Ofício nº 807/2013-GAB/RAIII, Ref. 55º Aniversário de Taguatinga (fl. 91 deste processo e fl. 449 do Anexo II), solicitou ao Secretário de Planejamento e Orçamento:

“(…)

Ao tempo em que o cumprimento, vimos por meio deste informar sobre a festividade do 55º Aniversário de Taguatinga, o qual consta no calendário de eventos desta Administração Regional/RAIII, nas datas de 05 a 29/06/2013.

Pois bem, tendo em vista a inexistência de Ata de Registro de Preço da Administração Pública do Distrito Federal e pautando-se ainda, na publicação do Decreto nº 33.662 de 15/05/2012, publicado no DODF em 16/05/2012, o qual limita às Administrações Regionais a aderirem somente as Atas do Distrito Federal, esta Administração Regional não possui amparo legal para continuidade de processo administrativo, referente à contratação de empresa especializada neste tipo de evento.

Considerando-se tratar de situação especial do Aniversário de Taguatinga e considerando-se ainda a necessidade de realizar o evento, vimos através deste ofício solicitar a esse Secretário de Planejamento e Orçamento a autorização da contratação com base no art. 12 do referido Decreto, *in verbis* ‘Casos Omissos e situações especiais serão dirimidos pelo Secretário de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.

Diante todo o exposto, e por entendermos ser importante e especial o pleito, solicitamos os bons préstimos dessa Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, para verificar e analisar a possibilidade de cumprirmos as festividades do 55º aniversário de Taguatinga, que sempre ocorreu em nossa cidade.” (Grifos do original. sic).



Acerca da solicitação acima, o ex-Secretário de Planejamento e Oramento do DF, sr. Luiz Paulo Barreto, assim se manifestou (fl. 97 deste processo e fl. 450 do Anexo II):

“(…)

A vista das considerações apresentadas pela Administração Regional de Taguatinga, no tocante à importância e urgência da adesão à Ata de Registro de Preços formulada pelo Estado do Rio Grande do Sul, da instrução processual e diante do disposto no art. 12 do Decreto nº 33.662, de 15 de maio de 2012, autorizo a adesão.

Restituam-se os autos à Casa Civil.”.

Nesse diapasão, confira-se o disposto nos arts. 3º e 12 do Decreto nº 36.662/2012, abaixo transcritos:

“Art. 3º As adesões de que trata o caput do artigo 1º estão limitadas a atas da Administração Pública Federal e do Distrito Federal.

Parágrafo único. No caso de contratações efetuadas pelas Administrações Regionais, somente serão admitidas adesões a atas da Administração Pública do Distrito Federal, devidamente autorizadas pelos titulares das Administrações Regionais.”

“Art. 12. Casos omissos e **situações especiais** serão dirimidos pelo Secretário de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.” (grifos nossos).

Realmente, o então Secretário de Planejamento e Orçamento acatou à solicitação do Administrador de Taguatinga. Não houve liberação expressa para adesão a outros eventos, exceto para atender ao fato iminente, qual seja, a festa do aniversário de Taguatinga, cuja programação ocorreria a partir do dia 2.6.2013.

Na realidade, o ato praticado pelo Secretário estava na esfera de sua prerrogativa e competência. A norma lhe conferiu a discricionariedade para aferir quais seriam os casos omissos e as situações especiais, tal como o fez. De outro lado,



caberia ao Administrador Regional observar os estritos termos da autorização que lhe foi concedida (ato vinculado).

Sabe-se que para a adoção da ata de registro de preços, deve ser realizada ampla pesquisa de mercado, de modo a verificar a vantagem econômica à Administração Pública, além de atender ao princípio da eficiência.

Com efeito, no caso dos autos, a unidade técnica não suscita qualquer dúvida relativa à cotação de preços. De acordo com a pesquisa de mercado anexada aos autos, verifica-se que a empresa contratada por intermédio da Ata do Estado do Rio Grande do Sul praticava o menor preço, as duas outras empresas seriam do Distrito Federal (mapa comparativo de preços às fls. 80/86-Anexo I).

Ademais, não se arguiu, nestes autos, a ocorrência de qualquer prejuízo ao erário, ou aos demais requisitos formais para a efetivação da adesão à ata de registro de preços. Confira-se o item 23 da Informação nº 180/2013-3ª DIACOMP, à fl. 17:

“23. Nos autos de contratação, os elementos formais exigidos pelo Decreto nº 33.662/2012 foram identificados conforme consta da Tabela 1 desta Informação, não tendo sido identificados, nesse específico, vícios formais passíveis de macular a adesão.”

Enfim. Com base na justificativa do Administrador Regional, houve a autorização especial contida no art. 12 do Decreto nº 33.662/2012, antes transcrito (que é a motivação do ato). Sobre este ponto, convém transcrevermos ensinamento do Prof. José Carvalho dos Santos em sua obra *Processo Administrativo Federal*, nestas letras:

“Motivação é a justificativa expressa que o agente administrativo menciona no ato administrativo. Cuida-se da forma de expressar as razões que conduziram o agente à prática do ato. Essas razões formam o motivo do ato, um dos elementos imprescindíveis no plano de validade dos atos administrativos. Quando esse motivo é formalizado no ato, a doutrina passa a denominar o fato de motivação.

Não há confundir os institutos. Enquanto o motivo retrata a existência das razões de fato ou de direito que impulsionam a manifestação volitiva do agente da Administração, motivação é na dicção de STASSINOPOULOS, ‘a menção das



circunstâncias ou das considerações que fundaram o ato e que se relacionam, ora à oportunidade do ato, ora a sua legalidade'. A motivação portanto, é o motivo expressamente formalizado. Significa que o motivo nem sempre estará constando do ato, mas poderá ser identificado em documentos formais diversos; assim, **um ato administrativo pode não conter motivação, mas pode encontrar-se o motivo, por exemplo, em processo administrativo de onde se originou o ato. Desse modo, todo ato, para ser válido, precisa ter motivo, ao passo que nem sempre a motivação é exigível.**"² (Grifos não constam do original).

Destaque-se que eventual uso da ata de registro de preços além do que o sr. Luiz Paulo Barreto autorizou é de inteira responsabilidade do Administrador Regional, conduta logo adiante analisada. Neste sentido, destaco a seguinte passagem da manifestação do referido agente público (fls. 42/48 e fls. 78/82):

- (fls. 42/48)

“A situação especial demonstrada pelo Administrador de Taguatinga à época, cingiu-se ao fato de que os eventos comemorativos, culturais e desportivos da cidade de Taguatinga a serem atendidos com a contratação em comento, estavam atrelados ao eminente aniversário da cidade. (...).

Diante deste cenário e tendo em vista que o Distrito Federal não dispunha de Ata de Registro de Preços com o objeto contratado pela Administração de Taguatinga, arvorando-se ainda nos princípios da economicidade do interesse público, foi autorizada a adesão a Ata de Registro de Preços do Estado do Rio Grande do Sul. (...)

Dessa forma, a Administração de Taguatinga demonstrou ser vantajosa a proposta de adesão à Ata de Registro de Preços em seus valores e quantitativos totais, conforme aponta a própria Decisão nº 5394/2013 (...).

É importante ressaltar que o Distrito Federal ainda não tem ata de registro de preços capaz de atender à demanda da Administração Distrital no que tange a matéria em análise e realizar uma licitação específica para o caso demandaria muito mais tempo do que disporia o administrador, tendo em vista tratar-se do

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. Processo administrativo federal – Comentários à Lei 9.784, de 29.1.1999 – 5. Ed. Ver. Ampl. E atual. Até 31.3.2013 – São Paulo: Atlas, 2013. Págs. 49/50.



aniversário da maior cidade satélite do Distrito Federal, com eventos a serem realizados mensalmente.

Dessa forma, concluiu-se que a situação narrada pela Administração de Taguatinga se enquadrava em hipótese de caso especial, subsumindo-se ao art. 12 do Decreto nº 33.662/2012.”.

- (fl. 81)

“(…)

O Requerente, assim, informa e comprova ter apenas feito uso do **poder discricionário** que o próprio Decreto 33.662/2012 lhe outorgava e diante da alegação e comprovação **de fato relevante que caracterizava a situação como especial**: a realização das comemorações tradicionais de uma das mais importantes cidades satélites do Distrito Federal. **A inexistência de contratação de empresa de eventos pelo Distrito Federal, a inexistência de ata doméstica de Registro de Preços e a inexistência até mesmo de ata do Governo Federal que pudesse ser utilizada para a realização das festividades foram fatores determinantes na decisão do Requerente. Estava ali configurada uma situação especial.** (destaques do original).

Por fim, a respeito da responsabilização do sr. Luiz Paulo Teles Barreto pela assinatura do contrato com prazo de vigência continuado, o que infringiria o disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, tal como observado pelo atuante Ministério Público, não vislumbro qualquer ofensa a esta norma, haja vista não ter o referido agente público competência para o ato, cuja atribuição incumbia ao então Administrador Regional.

II – Carlos Alberto Jales

Em suma, o responsável discorre em sua defesa no sentido de que observou os ditames do Decreto nº 33.662/2012, notadamente quanto à autorização de adesão à ata de registro de preços pelo então Secretário de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.



Destacou, também, que este egrégio Tribunal, na Decisão nº 1806/2006, considerou ser possível a adesão à ata de outro ente federativo, desde que realizada pesquisa de preços no mercado local, a fim de constatar a economicidade da aquisição. Narrou, ainda, que o Parecer nº 1247/2009-PROCAD/PGDF possibilitava a adesão a ata de outro ente.

Cabe destacar, inicialmente, que a Decisão nº 1806/2006 desta Corte é anterior à expedição do Decreto nº 33.662/2012, o qual mencionava que as adesões a atas de registro de preço oriundas de outro ente federativo deveriam ser autorizadas pelo Secretário de Planejamento e Orçamento. Logo, a questão é analisada à luz do normativo distrital, haja vista sua vigência à época dos fatos.

Com efeito, entendo que assiste razão à Unidade Técnica, ao assim se manifestar:

“18. Tendo em conta o acima transcrito, bem como o constante dos autos, parece claro que a motivação do ato administrativo exarado pelo então Secretário de Planejamento está em desacordo com o efetivamente realizado. Isto é, motivou-se a adesão com base na proximidade da realização de um evento, aderiu-se à ata, e foram realizados outros eventos além dos que constam do documento de adesão. Contudo, desde o início, repise-se, era a intenção dos gestores a realização de mais de um evento, não somente o relativo ao aniversário da cidade de Taguatinga, conforme demonstrado pelo projeto básico mencionado no parágrafo 15 e pelo teor do documento de fl. 85.

(...)

24. Assim, valem aqui quase a totalidade dos argumentos elencados quando da análise das razões de justificativa do Sr. Luiz Paulo Teles Barreto. A adesão foi fundamentada na exiguidade de tempo para licitar evento de comemoração do aniversário de Taguatinga, mas houve a contratação de outros eventos realizados em período posterior. Como já se analisou nos parágrafos 16 a 18, a motivação do ato que autorizou a adesão à ata de registro de preços de outra unidade da federação estava vinculada ao evento de aniversário da cidade, razão pela qual os demais eventos não poderiam ter sido realizados mediante a mesma contratação.”



Diante do entendimento firmado para o justificante Luiz Paulo Teles Barreto, a respeito da possibilidade de adesão à ata de registro de preços de outro ente da federação, nos termos da situação especial aferida pelo Secretário de Planejamento e Orçamento (art. 12 do Decreto nº 36.662/2012), qual seja, o aniversário de Taguatinga, entendo que o ora responsável extrapolou a permissão concedida pelo agente autorizador.

Outrossim, coaduno com o entendimento da Unidade Técnica no sentido de que o responsável infringiu o disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, porquanto o contrato em análise não é de natureza contínua (ou serviços de prestação continuada), como orienta iterativa jurisprudência do Tribunal de Contas da União.³

Logo, o sr. Carlos Alberto Jales deve ser responsabilizado. Considerando que a contratação não trouxe prejuízo ao erário, é o caso de aplicar a multa do art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 182, I, do Regimento desta Corte, observando-se o percentual mínimo de 5%.

Pelo exposto, em decorrência das informações constantes dos autos, **divirjo parcialmente** do posicionamento do **Corpo Técnico** e do **douto Ministério Público** e VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento:

- a) das razões de justificativa trazidas às fls. 78/82 e às fls. 100/108, apresentadas em função do item III, “a” e “b”, da Decisão nº 2921/2014;
- b) da Informação nº 219/2014-3ª Diacom, às fls. 110/116;
- c) do Parecer nº 118/2015-DA, às fls. 120/125.

II – considere procedentes as razões de justificativa de fls. 78/82, do responsável nominado no parágrafo 6º da Informação;

³ Acórdãos nºs: 13282/2003 – 1ª Câmara; 1560/2003 – Plenário; Acórdão nº 132/ - Segunda Câmara (voto).



III – considere improcedentes as razões de justificativa de fls. 100/108, do responsável nominado no parágrafo 4º da Informação;

IV – aplique, com fundamento no art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/1994, c/c o art. 182, inciso I, da Resolução/TCDF nº 38/90, multa no valor de R\$1.169,80, fixando-lhe o prazo de 30 dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento do valor aos cofres do Distrito Federal;

V - autorize, desde logo, nos termos do artigo 29, da Lei Complementar nº 1/94, a cobrança do débito, caso não atendida a notificação para o pagamento da multa;

VI - aprove, expeça e mande publicar o Acórdão anexo;

VII – autorize o retorno dos autos à SEACOMP, para os devidos fins.

Sala das Sessões, 24 de março de 2015.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator



ACÓRDÃO Nº

Ementa: Contrato Administrativo. Infringência ao Decreto nº 33.662/2012 e ao art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Adesão à ata de registro de preços além do que foi autorizado pelo Secretário de Planejamento e Orçamento. Serviço contratado não é de natureza contínua. Razões de justificativa improcedentes. Aplicação de multa. Notificação do responsável.

Processo/TCDF nº 22102/2013

Nome: Carlos Alberto Jales, Administrador Regional de Taguatinga

Órgão: Administração Regional de Taguatinga

Relator: Conselheiro Paulo Tadeu

Unidade Técnica: Secretaria de Acompanhamento

Síntese das irregularidades apuradas: adesão à ata de registro de preços além da autorização concedida pelo Secretário de Planejamento e Orçamento e indevida caracterização do serviços como de natureza contínua (arts. 3º e 12 do Decreto nº 33.662/2012 e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93).

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 1.169,80 (um mil e cento e sessenta e nove reais e oitenta centavos).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, em:

I) aplicar ao responsável a **multa** acima indicada, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei Complementar DF nº 1/94, c/c o art. 182, I, do Regimento Interno do TCDF;

II) fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o **recolhimento** aos cofres distritais (art. 186 do RI/TCDF) da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado (art. 59 da Lei Complementar DF nº 1/94);



III) determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar DF nº 1/94, caso não atendidas as notificações.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s)

Representante do MP presente: Procurador(a)

Presidente

Relator(a)

Fui presente:

Representante do MP